

# Uma história do vazio na ‘cidade da beleza do cimento’

A history of emptiness in the ‘city of the beauty of concrete’

Aline Canuto<sup>1</sup>

E-mail: alinecanuto7@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1275-6051>

BARONE, Ana Cláudia Castilho. 2018. *Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)*. São Paulo, Intermeios / Fapesp, 202 p.

As dimensões histórico-sociais de tempo livre e do lazer nas cidades constituem uma parte formadora dos indivíduos e engajam sociabilidades afetivas, eletivas e participativas, atrelando, através de processos de maturação, a ideia de espaço público como espaço plural (Atique, 2020). Esse olhar consensual no campo teórico da História da Arquitetura e Urbanismo e do Paisagismo robustece e renova o lugar de contribuição do presente livro. Lançado em versão editorial e ampliada, antes circulou amplamente como tese de doutoramento, há pouco mais de uma década, e virou referência para a historiografia da cidade de São Paulo.

O livro *Ibirapuera: Parque Metropolitano (1926-1954)* apresenta e analisa o Parque Ibirapuera, que teve um papel no processo de metropolização da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, flanco de uma história polissêmica de ocupações, usos e motivações, o Parque é abordado por uma escrita de uma história dos conflitos, para a qual a autora recorre à escala dos indivíduos, isto é, às discontinuidades nas posturas dos agentes do poder urbano (funcionários públicos, setores imobiliários, industriais e de imprensa), em relação ao espaço público. Composto por quatro capítulos, o livro, como afirma na orelha Mônica Junqueira de Camargo, é produto de uma preocupação que não intenciona retomar as conceituações amplamente debatidas pelo enquadramento da face simbólica do Parque Ibirapuera como ícone da modernização e de um evento, o IV Centenário de São Paulo. Antes, avança em destoldar a rede de relações e de poder que movimentou a construção desse lugar (Camargo, 2018 apud Baroni, 2018). Assim, o livro assume a intenção revisionista sobre a historiografia que tratou a história de criação do Parque Ibirapuera.

A ampla, cuidada e polissêmica pesquisa documental e bibliográfica aponta para a complexidade dessa abordagem. A autora alinhou um generoso volume de fontes primárias administrativas e jurídicas, dos manuscritos e impressos à cartografia que produziram os agentes públicos (prefeitos, juristas, legisladores e técnicos). Trata-se de um esforço que dimensiona não apenas um circuito dos rascunhos ou projetos cogitados para uma área em gênese. Também examina processos de ocupação que ali se deram, relacionando as demais escalas dos agentes promotores da produção da cidade – do ocupante ao proprietário

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em História. Estrada do Caminho Velho, 333, Jardim Nova Cidade, 07252-312, Guarulhos/SP, Brasil.

da terra urbana e do capital imobiliário. A autora ainda buscou trazer a rede dos nomes das pessoas documentadas, seja por quadros de equipe, correspondências, processos contratuais ou licitações e em documentação particular (fotográfica), assim como os lugares do circuito das ideias, indo atrás dos fóruns de organização de associação e espaços ocupados por outra gama de atores, detentores dos circuitos de imprensa.

No primeiro capítulo, *Da Concepção à Concretização: A História do Vazio (1890-1954)*, a autora reconstitui um elo até então opaco na história do Parque, descrito como uma história sobre a preservação de um vazio urbano – de uma área urbana de “sobra” (intencional ou não), livre de construções, que acaba por converter-se em espaço público com potencial de uso da população (Barone; Felipe, 2013), na cidade habitada. A autora mostra uma multiplicidade de opções e estruturas de poder por instituições e equipamentos urbanos público-privados, por um processo de valorização que assume várias formas – de monumento e sede do poder público estadual, clube, círculo militar, hospital, aeroporto, até um sistema viário do loteamento, tendências opostas compuseram a forma final desse espaço singularizado em extensão.

Do primeiro arco temporal, nos anos finais do século XIX, com a operação de cessão do terreno primitivo, a um segundo arco, a década de 20, com o ressurgimento da questão do Ibirapuera, a autora constrói uma densa fundamentação de uma narrativa visando resgatar o jogo de intencionalidades pelas várias nuances. Isto é, das estratégias projetuais de proteção do espaço vazio pelo poder público às estratégias fundiárias do ator particular. O entreposto de interesses e perfis sociais diversos na grilagem à comercialização de loteamentos residenciais nos “terrenos vazios na cidade, com certa cobertura financeira do poder público” (Barone, 2018, p. 42), é identificado no enquadro de um cenário de disputas sobre aquele espaço urbano, em que a autora sinaliza, por sua vez, o lugar de dissensos que envolve o ator público, a partir de dentro do aparelho da municipalidade.

No segundo capítulo, *Os Espaços Livres e o Debate sobre a Cidade (1930-1954)*, a autora resgata o Parque Ibirapuera na perspectiva do Planejamento Urbano, passando pelos planos urbanísticos formatados à época no processo da transformação espacial da cidade. No movimento metodológico de historiar como a cultura urbanística mobilizou o conceito de *espaço livre urbano* na leitura dos espaços públicos, a autora dá mais um fôlego, minucioso e consistente, no seu intento de contestar um olhar celebrador ou estanque de conflitos da concretização da obra urbana. Acompanhando os deslocamentos do conceito, nas apropriações e particularidades de cada contexto, a autora equaciona os múltiplos debates no circuito intelectual,

até chegar à forma final do Parque, das pluriatividades e do recreativo, como veio a sair do papel na década de 50.

Reunindo as dicotomias entre um vazio urbano e um adensamento social, a autora perpassa os principais planos da época. Do lugar da cultura urbanística do ator planejador, mostra como o Plano de Avenidas (1930), para intencionar uma organização espacial focada na rede viária urbana, relegou o *espaço livre* como um elemento contemplativo, subordinado em função do sistema viário. A proposta que se segue, o Plano Regulador (1934-1937), da Sociedade Amigos da Cidade, para uma cidade que era rala e esparsa, ablegou o espaço livre como um elemento restritivo (zoneamento) e de manutenção de lugares privilegiados. A essa posição a autora congloba do período, ainda, a visão da *cidade-jardim*, de Anhaia Mello (1952-1955), que enfeixou o espaço livre como um mero elemento demarcador entre a área urbana e a periferia. A conclusão que fecha o capítulo, do lugar-comum das propostas em torno dos “espaços livres como agregadores de valor às áreas urbanas onde se inscrevem” (Barone, 2018, p. 114), é bem demonstrada.

O terceiro capítulo, *Um Parque para as Indústrias e as Artes (1954)*, explorando farta documentação particular (fotográfica), traz uma abordagem que se desloca do ator-projetista para focalizar o ator-financiador – o industrial e mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho, o “Cecílio”, conhecido artífice do IV Centenário. Historiando as conexões, ações e redes que elucidam o papel desse agente na proposta e viabilização do Parque, a narrativa vai ao encontro da mobilidade desse ator no processo, que extrapola o lugar dos arranjos de um evento, para acompanhá-lo na costura das suas influências particulares de fundo cultural, econômico e político, dentro do circuito decisório da obra.

A partir do amálgama do Parque como um elemento mediador de cultura e lazer urbano, a autora problematiza os forjamentos urbanos de um circuito social médio, ascendente, como grupo de ideias monolíticas em torno de uma “nova sociabilidade e um novo gosto” (Barone, 2018, p. 148) e da arte pela via do modernismo, que territorializou física e simbolicamente o Parque, e conceituou aquele espaço público pelo discurso monumentalizante. Assim historiciza como o conceito de modernismo arquitetônico do Parque, de inspiração internacional e ausente do repertório tradicional local, serviu para outras frentes partícipes da esfera particular, interessadas no processo de metropolização da cidade. É o caso da indústria civil paulistana, que introduziu tecnologias como o concreto armado, em larga escala.

No decorrer do texto, a menção de uma demanda de poder em escala pelo ator-financiador, junto à esfera pública, envolve a captura de um aspecto social pouco

colocado em obras que dimensionam as transformações espaciais no processo de substituição daquilo existente para a implantação de novas estruturas na cidade: a remoção social, em escala de outros atores, os ocupantes atingidos. A existência de estruturas provisórias, as favelas que abrigavam setores populares médios residentes no “vazio” do Ibirapuera, é assomada pela autora com a documentação. Sobre esse aspecto da abordagem, a ausência sobre os parapeiros e as eventuais reações no processo, bem como os nomes das pessoas desalojadas, é uma lacuna em aberto. A narrativa estabelecida pela autora em perspectiva de uma elite no domínio dos discursos e no protagonismo das próprias resistências ao projeto, abriria novos deslocamentos se coadunasse o matize do dado social, dando historicidade à gama dos pequenos percalços suscitados por outros fóruns desses extratos sociais coexistentes na cidade habitada.

Ao mesmo tempo, a narrativa em escala dos atores não é esvaziada. A autora reserva o quarto capítulo, *Argumentos de Oposição (1950-1953)*, que fecha o livro, para descortinar no emaranhado de forças os atores de uma mesma elite, mas se opondo cultural e politicamente com (des-)adesões. Assim, a autora descortina os antagonismos monopolizados pelos grupos no processo de construção da própria ideia de espaço público, passando pelas defesas sobre edificar estruturas permanentes na ocupação do Parque (os pavilhões de Oscar Niemeyer e os edifícios públicos, para a finalidade do evento celebrativo da cidade, desdobrados a partir de 1952) e, contrariamente, as defesas sobre manter o espaço livre público preservado de ser a área na sua pureza de um concreto.

Como hipótese que finda a análise, a autora compreende, no final deste processo de implantação do parque público na cidade, sob o aporte da documentação dos discursos nos diversos meios institucionais como a imprensa, uma posição conciliatória prevalece, na costura deste circuito social em torno da obra. A deflagração da obra como vitrine da pujança econômica paulista no processo de metropolização da cidade, em meio à busca de representações de poder no interstício dos circuitos de pavilhões expositivos da operacionalização da produção motriz – local e nacionalmente –, abrandou, em síntese, uma série de forjamentos. As “vozes supostamente múltiplas” na arena de oposições, “sobre-representada[s] e no controle dos meios de circulação de ideias” (Barone, 2018, p. 174), eram oriundas de uma mesma elite paulista, industrial e patrimonial, para quem se fechavam as tratativas.

A conclusão que sobressai do percurso de historiar da autora sobre o Parque Metropolitano é, mais do que um circuito de posições efetivas, um arranjo de acordos que equacionou a passagem do espaço-rascunho público para um espaço-concreto na produção da cidade.

*Ibirapuera: Parque Metropolitano (1926-1954)* é um texto que se pereniza pela ressonância potente da faina intelectual de Ana Cláudia Castilho Barone. Ao identificar inúmeros conflitos ao longo do amplo arco temporal buscado, chega à raiz de disputas em torno desse espaço público, que carregam desencadeamentos “vivos até o presente momento, sendo atualizados em vários contextos” (Barone, 2018, p. 32). O olhar pela trama fundiária fundeando essa escrita, costurando os eixos metodológicos que embasam o livro, é onde se amarram os conflitos, se individualizam os atores sociais e se desnaturalizam os processos, que foram validados por uma ideia celebradora da técnica e do pacto monolítico. Desta forma, a autora cumpre com o intento de desnaturalizar, com a sua narrativa, o discurso celebrador que obscurece intencionalmente as dissensões entre os circuitos sociais por vários agentes, públicos e privados, de uma mesma elite paulistana entreposta em hierarquizações, instituições e associações múltiplas, com demandas próprias, orbitando em torno dos rascunhos para uma grande obra, um espaço livre urbano, na cidade.

É nesse circuito que a autora constrói a história do Parque do Ibirapuera. Logo, oferece contribuições de relevo a serem exploradas por futuros pesquisadores, no tocante à história dos espaços públicos urbanos, de como os processos de criação de um equipamento urbano se constituem. Com uma visão que sem negligenciar a gama ambígua, de posições ambivalentes, constituindo o interior da burocracia patrimonial da administração urbana, acessa os desenlaces na esfera informal do ator urbano, nas redes de relações do privado com o público.

## Referências

- ATIQUÊ, F. 2020. *Ginásio do Ibirapuera (FAUUSP – Série Ponto de Vista)*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=UrfZiqXVYfl&ab\\_channel=FAUUSP](https://www.youtube.com/watch?v=UrfZiqXVYfl&ab_channel=FAUUSP). Acesso em: 13 dez. 2020.
- BARONE, A. C. C.; FELIPPE, S. D. K. 2013. *Vazios: o espaço habitável entre as coisas*. TFG. Disponível em: <https://tfg2006-2014.fau.usp.br/tr/132/a093.html#top>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Submetido em: 14/04/2021

Aceito em: 17/06/2021